



ANEXO 04
MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO 055/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO E _____.

O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 87.612.537/0001-90, com sede no Centro Administrativo Municipal, na Rua Dr. João Freitas, nº 75, Passo Fundo/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Pedro Cezar de Almeida Neto, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 657.414.550-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na rua _____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____, e-mail _____, pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Pregão Eletrônico nº 055/2026**, conforme consta do **Processo Interno Eletrônico 2026/29056**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal 23/2023 e as condições seguintes:

1.0 – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 – O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para o conserto do Rolo Compactador Vibratório para Asfalto (Prefixo RV010, Ano 2021/2022, Serial MIM00100NN0501057), compreendendo o fornecimento e instalação de um motor completo, mediante o regime de alienação por dação em pagamento do motor substituído (base de troca), com fornecimento de todos os materiais, peças e mão de obra necessários.

1.1.1 – Em síntese, o objeto consiste na substituição completa do motor, incluindo o fornecimento do bloco/componentes novos, serviços de montagem, instalação, substituição de fluídos e componentes correlatos danificados, além de limpeza e testes funcionais homologatórios.

1.1.2 – O valor da proposta contratada contempla a dação em pagamento do motor usado pertencente ao Município, avaliado em R\$ 10.000,00, cuja entrega à CONTRATADA ocorrerá após a instalação, testes e recebimento do novo motor.

1.2 – A CONTRATADA deverá fornecer e executar o serviço utilizando-se de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à perfeita execução contratual, utilizando exclusivamente peças novas e genuínas da marca do equipamento/motor.

1.3 – Demais informações pertinentes ao objeto do contrato estão detalhadas nos anexos do edital.

2.0 – DO PAGAMENTO

2.1 – O preço total do presente contrato é de R\$ _____ (____), conforme detalhado.

MATERIAIS		
Item	Descrição das Peças e Serviços	Quantidade
1	Motor Perkins completo, incluindo bomba injetora, turbina, coletor, motor de partida, alternador e demais periféricos necessários ao perfeito funcionamento do conjunto.	01
2	Líquido de arrefecimento.	01
3	Óleo lubrificante.	01
MÃO DE OBRA		
Item	Descrição	Quantidade



	MATERIAIS	
1	Mão de obra para retirada do motor existente, instalação e montagem do motor novo.	01
2	Vareteamento e limpeza do radiador.	01
3	Realização de testes operacionais, regulagens e ajustes necessários para o perfeito funcionamento do equipamento.	01

2.1.1 – Os pagamentos serão efetuados após a execução integral do objeto e seu respectivo ateste pelo CONTRATANTE, observadas as condições estabelecidas neste contrato.

2.2 – De acordo com a Secretaria de Finanças, os pagamentos serão efetuados até o **trigésimo dia** (30 dias) após a emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is), desde que o serviço tenha sido executado em total conformidade com o exigido no Edital.

2.2.1 – Os valores devidos à CONTRATADA, não sendo pagos no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do CONTRATANTE, serão corrigidos segundo a variação do IGP-M, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

2.3 – É requisito prévio para pagamento das faturas o envio à tesouraria do CONTRATANTE dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais.
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

2.3.1 – Os pagamentos somente serão efetuados mediante a retenção, se cabíveis, do INSS, conforme **Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022**, e do ISS, conforme Decreto nº 28/2005.

2.3.2 – O Município procederá à retenção na fonte do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR quanto aos pagamentos efetuados à CONTRATADA, sempre que cabível, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e do Decreto Municipal nº 115/2022.

2.4 – A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento desses encargos e não poderá onerar o objeto do contrato.

2.5 – A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo CONTRATANTE.

2.6 - Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto ao Núcleo da Pagadoria (Secretaria de Finanças), o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da empresa licitante vencedora.

2.7 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

2.8 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

2.9 – As despesas referentes ao objeto do presente contrato serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias (vigentes e/ou subsequentes):

Secretaria	Dotação 2026
SMO - Material	446
SMO - Serviços	450



3.0 – DOS PRAZOS E ENTREGAS

3.1 – O contrato terá vigência pelo período de 06 (seis) meses, contados da data da última assinatura.

3.1.1 – O contrato poderá ser prorrogado até a entrega integral do objeto contratado, desde que devidamente justificada a necessidade administrativa e observada a legislação vigente.

3.1.2 – Os preços poderão ser reajustados somente após o transcurso do interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, desde que haja prorrogação contratual por período suficiente para a incidência do reajuste.

3.2 – A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

3.3 – Os serviços solicitados deverão ser concluídos em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da emissão da respectiva Ordem de Serviço, ressalvadas as hipóteses de atendimento emergencial e prioritário previstas neste contrato.

3.3.1 – O prazo previsto no item 3.3 poderá ser prorrogado uma única vez, por até 15 (quinze) dias consecutivos, mediante solicitação formal da CONTRATADA, devidamente justificada e previamente aprovada pela Administração.

4.0 – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1 – A gestão e fiscalização exercerão controle com relação à qualidade dos serviços executados, através da(s) secretaria(s) competente(s).

4.2 – O gestor do contrato possui atribuições e funções de administrar todo o contrato, desde sua concepção até a finalização, nos termos do artigo 14 do Decreto Municipal 23/2023.

4.3 – O fiscal do contrato será designado, pela autoridade do órgão ou entidade, mediante expedição de portaria, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, nos termos dos artigos 15, 16 e 17 do Decreto Municipal 23/2023.

4.4 – Quando não houver nomeação específica, mediante expedição de portaria, o gestor do contrato será o secretário da secretaria requisitante.

5.0 – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – DO CONTRATANTE:

5.1.1 – Fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor ou equipe de servidores designados mediante portaria, exigindo o fiel cumprimento do objeto e das cláusulas contratuais, bem como atestando a efetiva execução dos serviços para fins de pagamento.

5.1.2 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após o recebimento e ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo setor competente.

5.1.3 – Prestar à CONTRATADA todas as informações necessárias à perfeita execução do contrato.

5.1.4 – Aplicar as penalidades cabíveis e notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de sanções, irregularidades ou descumprimentos contratuais verificados.

5.1.5 – O motor usado será liberado para retirada pela CONTRATADA somente após a entrega, instalação e realização dos testes de conformidade do motor novo, devidamente montado no equipamento e aprovado pela fiscalização do CONTRATANTE.

5.2 – DA CONTRATADA:

5.2.1 – Executar fielmente o objeto contratado, em conformidade com o edital, seus anexos, proposta apresentada, projetos, especificações técnicas e determinações da fiscalização, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, bem como corrigindo, às suas expensas e dentro do prazo



estabelecido pela fiscalização, quaisquer serviços rejeitados ou que apresentem vícios, defeitos ou irregularidades.

5.2.2 – Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cumprindo todas as obrigações legais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias e tributárias decorrentes da execução do contrato, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

5.2.3 – Disponibilizar e manter toda a mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais, veículos, insumos e demais recursos necessários à perfeita execução do objeto, responsabilizando-se integralmente pelos custos de operação, combustível, manutenção, transporte, carregamento, descarregamento, taxas, licenças, regularizações e demais despesas necessárias à execução contratual.

5.2.4 – Realizar a instalação integral do equipamento, incluindo a execução das conexões elétricas e hidráulicas pertinentes, montagem, testes operacionais, limpeza e entrega em perfeitas condições de funcionamento, mediante realização de testes funcionais na presença do operador designado pelo CONTRATANTE.

5.2.5 – Executar a montagem, desmontagem, substituição, recuperação e demais serviços necessários no pavilhão onde se encontra a oficina do Município, responsabilizando-se integralmente pela retirada do motor usado, incluindo mão de obra para desmobilização, carregamento, transporte e demais encargos decorrentes.

5.2.6 – Garantir o objeto fornecido e os serviços executados pelo prazo mínimo de 800 (oitocentas) horas de operação ou 06 (seis) meses, prevalecendo o evento que ocorrer primeiro, comprometendo-se a sanar, sem ônus ao Município, quaisquer defeitos, vícios ou falhas constatados nesse período, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

5.2.7 – Manter atualizados seus dados cadastrais e indicar, no ato da assinatura do contrato, preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-la perante o CONTRATANTE, informando telefone, endereço eletrônico e demais meios necessários para comunicação e atendimento das demandas contratuais.

5.2.8 – Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pelo CONTRATANTE, garantindo acesso aos locais de execução e aos documentos relacionados ao contrato, bem como atender prontamente às determinações da fiscalização e da autoridade competente.

5.2.9 – Responder pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo na execução do contrato, observando as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo aos seus empregados os equipamentos de proteção individual e coletiva necessários.

5.2.10 – Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, a execução do objeto sem prévia autorização da Administração, bem como cumprir a reserva legal de cargos prevista na legislação, observar a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), aceitar os acréscimos e supressões legalmente admitidos e abster-se de contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, de dirigente, gestor ou fiscal do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2.11 – Comunicar ao fiscal do contrato, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer fato que possa impedir ou atrasar o cumprimento dos prazos contratuais, apresentando a devida justificativa e documentação comprobatória.

5.2.12 – Manter, durante o período de garantia, suporte técnico especializado por meio de unidade de atendimento localizada em raio máximo de 100 km do Município de Passo Fundo.

6.0 – DAS PENALIDADES

6.1 – A CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 64/2025 e suas alterações, e neste contrato, nas seguintes hipóteses:

I – Advertência, nos termos do art. 9º do Decreto nº 64/2025, quando verificada a inexecução contratual parcial, de forma injustificada, sem que caiba imposição de penalidade mais grave.

II – Multa, aplicada nos termos do art. 13 do Decreto nº 64/2025, nas seguintes situações:



a) De 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) do valor global do contrato, nos casos de descumprimento de obrigações acessórias ou por infrações administrativas leves;

b) Até 10% (dez por cento) do valor do contrato, nos casos de recusa do adjudicatário em reforçar garantia contratual;

c) Até 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato, nos casos de inexecução total, prática de fraude, declaração falsa, conduta inidônea ou entrega de objeto com vícios ocultos, entre outras hipóteses previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 64/2025.

§1º – A multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulada com as demais sanções previstas neste contrato.

§2º – O valor da multa será recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, por meio de Guia de Recolhimento. O não pagamento no prazo acarretará a execução da garantia contratual, quando houver.

§3º – A reincidência, verificada pela repetição da infração nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores, implicará a majoração da multa em 50% (cinquenta por cento).

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Passo Fundo, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando constatado comportamento gravíssimo da contratada, com dolo ou fraude que comprometa a boa-fé objetiva nas contratações públicas.

6.2 – A aplicação das penalidades será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto nos arts. 158 a 160 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 64/2025.

6.3 – Caberá recurso da decisão que aplicar sanções administrativas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação do interessado.

6.4 – As penalidades aplicadas serão registradas no Sistema Banco de Sanções da Controladoria-Geral da União (CGU), conforme Portaria Normativa CGU nº 75/2023.

7.0 – DA CESSÃO

7.1 – A CONTRATADA não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outra empresa, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, além de constituir infração passível de penalidade.

8.0 – DO FORO

8.1 – Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Passo Fundo, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

9.2 – A extinção do presente contrato observará o disposto nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

9.3 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal 23/2023, na Lei nº 8.078/1990, pelas demais normas aplicáveis ao objeto e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.



Este contrato será assinado digitalmente pelas partes, com validade jurídica nos termos da legislação vigente, produzindo os mesmos efeitos de um documento físico.

Passo Fundo, de 2026.

MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO
Pedro Almeida
Prefeito Municipal

EMPRESA CONTRATADA
Nome
Cargo